

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.911 - RO (2019/0329732-6)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
RECORRENTE : **CONSÓRCIO NOVO HORIZONTE GERAÇÃO DE ENERGIA**
ADVOGADOS : **JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO E OUTRO(S) - RO001529**
: **VALÉRIA MARIA VIEIRA PINHEIRO - RO001528**
RECORRIDO : **AGNALDO GALDINO MENDES**
ADVOGADO : **OZANA SOTELLE DE SOUZA E OUTRO(S) - RO006885**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EMPREITADA. CONTRATO VERBAL. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PAGAMENTO. PROVA. INEXISTÊNCIA. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Consórcio Novo Horizonte Geração de Energia, com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (e-STJ, fl. 157):

Apelação cível. Ação de Cobrança. Empreitada. Contrato verbal. Ausência de prova do pagamento. Recurso desprovido.

Em contrato verbal não negado pelas partes, cabe ao contratante provar adequadamente que efetuou os pagamentos, na forma contratada, devendo suportar o ônus por sua desorganização administrativa.

Nas razões do apelo especial, o recorrente alega, além da existência de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 373, I, e 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta a ausência de fundamentação do julgado, haja vista que não enfrentada questões suscitadas pelas partes relevantes ao julgamento da lide, notadamente

quanto à inexistência de prova de que o contrato verbal fora realizado nos termos declarados pelo recorrido.

Assevera a ocorrência de cerceamento de defesa, tendo em conta que o agravado não logrou comprovar o não recebimento da sua contrapartida em razão do contrato verbal de prestação de serviço, haja vista constar dos autos transferências bancárias comprovantes de que o recorrente arcou com sua obrigação.

Contrarrazões às fls. 182-188 (e-STJ).

O apelo extremo foi admitido na origem (fls. 190-191, e-STJ), ascendendo os autos a esta Corte de Justiça.

Brevemente relatado, decido.

De início, é preciso deixar claro que o acórdão *a quo* resolveu satisfatoriamente as questões deduzidas no processo, sem incorrer nos vícios de obscuridade, contradição ou omissão com relação a ponto controvertido relevante, cujo exame pudesse levar a um diferente resultado na prestação de tutela jurisdicional.

Assim, ao contrário do que se sustenta, a decisão está efetivamente fundamentada, ainda que de forma concisa, o que, na linha dos precedentes desta Corte, não se confunde com a ausência ou deficiência de fundamentação.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REQUISITOS DO ART. 1.022 E INCISOS DO CPC DE 2015. OMISSÃO NÃO CONSTATADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Depreende-se do artigo 1.022, e seus incisos, do novo Código de Processo Civil que os embargos de declaração são cabíveis quando constar, na decisão recorrida, obscuridade, contradição, omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado o julgador, ou até mesmo as condutas descritas no artigo 489, parágrafo 1º, que configurariam a carência de fundamentação válida. Não se prestam os aclaratórios ao simples reexame de questões já analisadas, com o intuito de meramente dar efeito modificativo ao recurso.

2. A parte embargante, na verdade, deseja a rediscussão da matéria, já julgada de maneira inequívoca. Essa pretensão não está em harmonia com a natureza e a função dos embargos declaratórios prevista no art. 1022 do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 874.797/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/08/2016, DJe 09/08/2016)

Na espécie, o Tribunal de Justiça, observadas as peculiaridades da causa, concluiu que a recorrente não logrou êxito em desconstituir os fatos alegados pelo recorrido, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 155-157):

O apelado alega que foi contratado verbalmente pelo apelante para a construir canaletas, acabamento em Contenção, calçadas, e instalação Hidráulica de caixas, dentre outros, nas Comarcas de São Francisco e Costa Marques. Contudo, para realização dos serviços, seriam necessários de 2 a 4 ajudantes que trabalhariam sob o comando deste, sendo que ao final da empreitada, receberia o total devido correspondente ao seu trabalho e a de seus ajudantes seriam pagos quinzenalmente.

Desse ajuste, o pagamento dos ajudantes feitos quinzenalmente ocorria pontualmente, porém, ao final dos serviços prestados pelo apelado, o acordo não foi honrado, estando em aberto R\$ 16.530,00.

Em sua defesa, o apelante afirma os serviços de empreita pelo apelado, nas comarcas supracitadas e que os valores correspondentes a tais serviços foram honrados, ficando pendente somente algumas diárias dos serventes, mas que foram pagas via recibo e transferência bancária. Diverge afirmando que não deve nada ao apelado.

Vê-se, pois, que a contratação é incontroversa, assim como os valores verbalmente fixados.

Alega o apelante que os fatos narrados pelo apelado não restaram devidamente comprovados.

(...)

Em favor da versão do apelado há, ainda, a juntada das notas fiscais avulsas, o que dá indícios de que concluiu a obra e extratos bancários que comprovam o pagamento de seus ajudantes.

Quanto ao pedido alternativo, verifico que as partes não divergem quanto ao fato de que houve alguns repasses financeiros, valores utilizados para o pagamento dos ajudantes, contratados pelo apelado para a realização dos serviços.

É estranho o fato de uma empresa que contrata com a Administração Pública, ou quem lhe faça as vezes, mediante licitação e subcontrata de forma verbal, sem qualquer formalidade, devendo suportar o ônus de sua desorganização.

A apelante não logrou êxito em desconstituir os fatos alegados pelo apelado e este, como dito, não negou ter recebido valores, porém, estes não se referiam ao que foi verbalmente pactuado.

Nesse contexto, reverter a conclusão do Tribunal local para acolher a

Superior Tribunal de Justiça

pretensão recursal demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável ante a natureza excepcional da via eleita, conforme enunciado da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, não basta a afirmação do insurgente quanto à existência da divergência sem a comprovação adequada do dissídio jurisprudencial, visto que insuficiente para tanto a mera transcrição de ementas dos paradigmas, deixando de proceder ao necessário cotejo analítico entre os acórdãos impugnado e paradigma e de demonstrar a similitude fática entre as decisões confrontadas.

Diante do exposto, conheço parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários sucumbenciais fixados em favor dos advogados da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre a soma total da condenação.

Publique-se.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator